



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenação de Estágio

Procuradoria da República no Município de Varginha/MG

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS 2021

DIREITO

PÓS-GRADUAÇÃO

ESPELHO DE CORREÇÃO

Estudo de caso 1

O MPF denunciou José e João pelo crime de peculato perpetrado em face da Caixa Econômica Federal. De acordo com as evidências colhidas pela Polícia Federal, José, como servidor de carreira da referida empresa pública, desviou valores de diversos correntistas, sem a autorização e conhecimento destes, para a conta de seu amigo e comparsa João.

O crime foi arquitetado em conversa travada pelos réus em aplicativo de e-mail, tendo José utilizado o notebook funcional da CEF para acessar o aplicativo e realizar diálogos com seu comparsa, combinando a divisão de tarefas e valores desviados.

A CEF, após apuração interna, enviou a transcrição dos diálogos obtidos do HD do notebook institucional utilizado por José à Polícia Federal, juntamente ao hardware inspecionado, e esta foi a prova central da autoria delitiva.

Em sentença, o Juiz Federal declarou nula a prova referente aos e-mails obtidos a partir da inspeção do notebook da CEF, uma vez que, por se tratar de correspondência pessoal, o acesso ao e-mail deveria ter sido precedido de autorização judicial.

- a) Discorra sobre o entendimento do Juiz Federal, expondo possíveis fundamentos legais que poderiam corroborar com seu posicionamento. **(máx. 10 linhas)**
- b) Tal sentença é passível de recurso? Especifique o recurso e seu respectivo prazo. Discorra sobre os possíveis fundamentos deste recurso. **(máx. 10 linhas)**
- c) Qual entendimento jurisprudencial do STJ acerca do tema? **(máx. 5 linhas)**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenação de Estágio

Espelho Estudo de caso 1

- a Pontos a serem mencionados: inviolabilidade do sigilo das comunicações e ausência de representação pela quebra do sigilo de dados (art. 5º, X e XII da CF e art. 1º, § único da Lei 9296/96);

Valor: 8 pontos

- b Recurso: Caso o réu tenha sido absolvido por insuficiência de prova, caberá recurso de apelação (Prazo: interposição em 5 dias + razões de apelação em 8 dias, conforme art. 593, I + art. 600 do CPP); caso a sentença tenha apenas anulado parte do processo de instrução, caberá Recurso em Sentido Estrito (Prazo: interposição em 5 dias + razões de recurso em 2 dias, conforme art. 586 + art. 588 do CPP);

Valor: 4 pontos

Fundamentos: Prova legal. E-mail acessado e utilizado em notebook funcional, por se tratar de uma ferramenta de trabalho, fornecida pelo empregador, não se equipara a correspondência pessoal. Assim, não há violação à intimidade se o empregador acessa arquivo de mensagens que se encontrava em computador utilizado como ferramenta de trabalho e de propriedade da empresa;

Valor: 4 pontos

- c STJ: não ocorrência de nulidade. Como o arquivo com o registro das mensagens encontrava-se no computador da empresa, seria perfeitamente possível que o empregador tivesse acesso a essas e outras informações ali existentes, sem a necessidade de autorização judicial.

Valor: 4 pontos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenação de Estágio

Estudo de caso 2

Aportou no MPF um ofício com a informação de que foi constatada vultosa movimentação de terra para abertura de estrada, sem autorização, no interior da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, gerida pelo ICMBio. De acordo com o laudo emitido pelo órgão ambiental fiscalizador, a intervenção causou expressivo dano ambiental. Não foram apontados os responsáveis legais pela propriedade rural onde ocorreu a intervenção.

- a Trata-se de tema de atribuição do Ministério Público Federal ou Estadual? Discorra brevemente e apresente fundamento legal. **(máx. 5 linhas)**
- b Quais as atuações possíveis do Ministério Público frente a tal constatação? Mencione os âmbitos de atuação (ex. administrativo, civil, penal, etc) e quais os procedimentos/processos investigativos cabíveis e seus desdobramentos, incluindo as possíveis ações judiciais a serem propostas pelo Ministério Público (se cabível ação penal, especificar o crime em tela). **(máx. 20 linhas)**
- c Caso seja apurado que o dano ambiental foi causado por uma empresa privada, seria cabível uma ação penal em seu desfavor? Discorra brevemente e apresente fundamento legal. **(máx. 10 linhas)**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenação de Estágio

Espelho Estudo de caso 2

- a Atribuição do MPF. O crime ambiental foi cometido em unidade de conservação criada por decreto federal, evidenciando-se o interesse federal na manutenção e preservação da região, ante a possível lesão a bens, serviços ou interesses da União, nos termos do artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal;

Valor: 4 pontos

- b Atuação no âmbito civil e penal. Procedimentos investigativos cabíveis e desdobramentos:

-Inquérito Civil para buscar o responsável pela intervenção, bem como a compensação do dano e a recuperação da área atingida. Comprovada a responsabilidade do investigado no IC, haverá a possibilidade de apresentação e execução de eventual Termo de Ajustamento de Conduta. Caso não seja realizada a recuperação/compensação ambiental pelo poluidor no âmbito extrajudicial, deverá ser interposta Ação Civil Pública ou Ação de Execução de título extrajudicial (TAC).

- Inquérito Policial ou Procedimento Investigatório Criminal a fim de apurar a autoria do crime ambiental. Constatados indícios suficientes de materialidade e autoria, possível a propositura de ação penal pelo crime ambiental previsto no art. 40 da Lei 9.605/98.

Em relação à ação penal, caso estejam preenchidos os requisitos do art. 28-A do CPP, o MPF poderá propor Acordo de Não Persecução Penal, tendo em vista que a pena mínima do delito em tela é inferior a quatro anos;

Valor:10 pontos

- c Sim, é cabível a responsabilização penal de pessoa jurídica. A Constituição Federal é clara quanto à responsabilidade da pessoa jurídica ou da pessoa física quando qualquer delas provoca danos ambientais, estabelecendo sanções penais, administrativas e civis, podendo ser aplicadas cumulativamente (art. 225, §3º da CF). Ademais, de acordo com o art. 3º da Lei 9605/98: “As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.”

Valor: 6 pontos